

Apresentação

Este exemplar temático da Revista de Ciências **Humanas** tem como objetivo a discussão de questões relativas à saúde mental, a partir de uma perspectiva crítica, fundamentada nas contribuições da teoria social contemporânea.

Sua estrutura inclui seis artigos que resultam das sínteses de dissertações de Mestrado, realizadas entre 1992 e 2000, no âmbito da Linha de Pesquisa *Saúde e Sociedade no Brasil*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Destaca-se inicialmente, que nem todas as dissertações sobre este tema produzidas no período foram incluídas neste exemplar, tendo-se priorizado aquelas que ainda não tinham sido publicadas.¹

Dentre os fatores que mais chamam a atenção durante o período citado, destaca-se o crescente interesse pelo tema manifestado profissionais oriundos de diferentes áreas: médicos, psicólogos, sociólogos e assistentes sociais.

¹ Foram publicados os seguintes trabalhos: a) TEIXEIRA, Mário. *Hospício e Poder*. Associação Catarinense de Psiquiatria/Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina/Senado Federal, Brasília, 1993; b) SANTOS, Nelson Garcia. *Do hospício à comunidade. Políticas Públicas de Saúde Mental*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1994.

A convergência dos interesses destes profissionais envolvidos na luta pela saúde como condição essencial da cidadania, evidencia a plasticidade de um objeto capaz de ser absorvido por vários ângulos e perspectivas, portanto, capaz de desdobrar-se numa multiplicidade de objetos. Mas apesar das diferenças de abordagem que transparecem nos artigos, certos denominadores comuns podem ser observados. Dentre eles destaca-se em primeiro lugar, a compreensão da saúde e da doença enquanto experiências que não se esgotam na sua dimensão biológica, mas se constituem num processo histórico-social. Por isto mesmo entende-se que não devam ser analisadas (a saúde e a doença) apenas nos termos das ciências médicas, pois as questões relativas à saúde em geral, e à saúde mental em particular, repercutem sociológica e politicamente demandando a realização de pesquisas que possam apresentar resultados complementares capazes de abastecer uns aos outros, de contradizer e superar uns aos outros, num deslocamento contínuo, cuja conseqüência é a revitalização das teorias e das práticas de assistência no setor.

Em segundo lugar, estes estudos admitem a existência de significativas relações entre as imagens que são elaboradas sobre a saúde e a doença mental e a racionalidade ocidental moderna que constrói ao redor da disciplina as bases da estrutura da vida cotidiana.

Na tentativa de compreender estas complexas relações, três dos artigos tratam dos trabalhadores provenientes de alguns segmentos específicos: da informática (VOLPATO), da indústria (SANTOS) e do serviço doméstico. Tratando-se de um enfoque sócio-político, influenciado pelas matrizes antropológicas, destaca-se nestes casos os aspectos vinculados à subjetividade e às representações destes trabalhadores sobre o tema, examinando-se as imagens que são construídas de modo ambivalente e transitório, tanto para explicar como para justificar e questionar as condições de trabalho e de saúde. Com base numa cartografia dos sujeitos, estes estudos constroem as bases de dados que permitem a compreensão dos dispositivos de controle inerentes ao processo de trabalho em sua relação com o sofrimento, a fadiga psíquica e os mecanismos de resistência, elaborando análises que direta ou indiretamente, tem o potencial para instrumentar a luta dos sindicatos e das associações dos trabalhadores analisados pela cidadania e por melhores condições de saúde.

O artigo de JUNKES preocupa-se com a questão da dependência do álcool, centrando-se também no conceito de representações sociais para revelar as sutilezas de um processo no qual os dependentes transitam

entre o estigma de “vagabundo” e a possibilidade de resignificação da própria história através da condição de “doente” que é operada ao nível dos grupos de mútua ajuda. A contribuição mais relevante deste trabalho consiste em relativizar o estigma de “doente”, indicando que em alguns casos este rótulo pode assumir o caráter da redenção de um passado fracassado, possibilitando novas apostas no futuro. Em termos práticos, sua realização tem garantido à autora, alguns instrumentos essenciais para desenvolver e balizar suas estratégias enquanto assistente social do SANPS (Serviço de Atendimento as Necessidades Especiais) da Universidade Federal de Santa Catarina.

O estudo de GRIGOLO, por sua vez, analisa, no âmbito do Hospital Colônia Santana (hoje Hospital Psiquiátrico de Santa Catarina) situado na Grande Florianópolis, as relações entre a instituição psiquiátrica e a construção da identidade dos internados, ressaltando suas representações sobre três aspectos: o manicômio, as intersecções entre o discurso institucional, o discurso dos internados e o discurso das famílias, e as perspectivas de mudança. Vale ressaltar a contribuição deste estudo para a desconstrução da ideologia manicomial e para a criação de formas alternativas de assistência ao sofrimento psíquico, extrapolando os limites acadêmicos, repercutindo na criação e na coordenação do NAPS (Núcleo de Atenção Psicossocial), instalado pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 1996.

O último artigo embora contenha várias das preocupações observáveis nos primeiros, assume um caráter de balanço crítico do debate teórico sobre o tema no país (LEONE). Este estudo analisa a gênese das racionalidades psiquiátrica e antipsiquiátrica, no intuito de construir uma grade analítica capaz de conter as linhas gerais de uma caracterização das principais escolas existentes: a britânica, a italiana e a americana. Com base numa análise dialética do fenômeno da psiquiatrização e da emergência da despsiquiatrização, apoiado no entendimento das continuidades e descontinuidades que se estabelecem em meio ao debate político entre as diferentes escolas, o autor situa as tendências temáticas da produção acadêmica nacional entre 1990 e 1997. Dentre outros aspectos, conclui que existe uma alta concentração de estudos de tendência psiquiatrizante, desenvolvida em torno de centros e linhas de pesquisa mais tradicionais, paralelamente a uma produção mais dispersa, identificada com o discurso antipsiquiátrico que vem se originando em diferentes áreas de conhecimento nas linhas de pesquisa mais recentes.

Esta conclusão, associada a uma série de outras também relevantes, revela o papel que tem desempenhado a Academia no acirrado debate epistemológico e político que atravessa o tema.

Os desafios impostos pela coordenação e orientação desta experiência coletiva de trabalho desenvolvido ao longo destes anos e cristalizado nestes artigos, não teriam sentido se o seu resultado se limitasse à erudição. Por isto mesmo, esta coletânea pretende servir, especialmente para aqueles que estejam dispostos a conhecer o tema para poder transformar, ainda que numa escala reduzida, o seu próprio contexto e o contexto dos seus semelhantes. Temos a consciência de que no início de um novo milênio o sofrimento psíquico ainda continua silenciado. Processos sócio-culturais extremamente sutis e complexos continuam desqualificando o discurso de um segmento estigmatizado - como louco, doente mental ou desequilibrado - como parte de uma estratégia disciplinar global e hegemônica reforçando a segregação e o preconceito, muitas vezes com o aval da competência científica. Mas, apesar destas dificuldades, temos também a consciência de que é preciso mudar, de que é possível mudar.

Perscrutando as opiniões e percepções de trabalhadores e de dependentes de drogas, auscultando os debates teóricos sobre o tema, e analisando criticamente experiências institucionais tradicionais chega-se à conclusão de que resulta impossível penetrar neste território sem tomar uma posição, desde quando os diferentes aspectos que o envolvem tem alta ressonância social e política. Sem negar os avanços que as ciências médicas e o enfoque psicanalítico possam ter feito no sentido de compreender o desgaste psíquico humano, os resultados obtidos nestas pesquisas, juntamente com aqueles produzidos por uma série de outras, sugerem claramente que deve-se lutar contra a interdição dos discursos. Ou seja, deve-se elaborar constantemente interpretações sociológicas, históricas e antropológicas, que resgatando os elementos sócio-culturais presentes na produção e na reprodução dos problemas mentais, possam subsidiar experiências alternativas voltadas para o resgate da cidadania.

Por último, ressalta-se que durante todos estes anos um determinado estado de espírito norteou o trabalho de orientação e coordenação desta experiência, fazendo com que ela assumisse um especial conteúdo humano. Este estado de espírito esteve inspirado no pensamento e nas atitudes de vários autores, principalmente de Michel Foucault. Nada mais justo, senão, do que terminar com algumas palavras de *Vigiar e Punir*,

para o que o seu pensamento tenha mais uma vez, as “condições de possibilidade” de continuar vivo: “nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha”.

E, por último, gostaria de deixar claro o apoio que recebemos para a realização deste número temático ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSC, que foi imprescindível para a realização deste projeto.

Outubro de 2000

Luzinete Simões Minella
Editora Especialmente Convidada